

COMUNICADO

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR) discorda e contesta o uso de mão-de-obra entre os militares da Unidade de Intervenção (UI) da GNR na requalificação do Quartel da Pontinha, mesmo que em regime de voluntariado.

A ANAG-GNR considera absurdo e inqualificável que a GNR opte por recorrer aos elementos da unidade para trabalhos que não fazem parte das suas funções de força de segurança e ordem pública. Entende a ANAG-GNR que estas obras devem ser alvo de contrato com empresas especializadas em construção civil.

Embora o Comando Geral da GNR ressalve que os militares trabalham nestes serviços fora do horário de serviço e sempre de forma voluntária, na verdade o recrutamento é feito através de uma convocatória especial que limita e subverte o conceito de voluntariado. Mais, condena-se que esta situação tenha passado a ser uma prática corrente nas novas instalações da Unidade de Intervenção da GNR.

A ANAG-GNR questiona se o regime de voluntariado é efetivamente uma situação que os militares aceitam de livre vontade, ou se esse mesmo convite por parte das chefias, é uma condicionante à livre opção do militar em recusar fazer trabalhos de construção civil.

Em apreço à situação ao exposto, a ANAG-GNR tem dúvidas sobre a legitimidade e legalidade da situação, pelo que tomará as medidas necessárias para o seu esclarecimento junto do Comandante Geral da GNR e MAI.

Lisboa, 9 de março de 2016

A Direção Nacional da ANAG/GNR